

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 104.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 12 de Junho de 1973 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (41), achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados: Antonio Maciel, Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares e Olavo Ferreira (6).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada a apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão única — da Proposição n.º 138-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 161-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma Escola Agrícola no Município de Palmital. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 105.ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Junho de 1973 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — João Fadel — Lázaro Dumont — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares e Olavo Ferreira (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, Sessão de amanhã, do Projeto de Lei n.º 26-70.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 107-73 e 113-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 82-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, solicitando seja inserida na Ordem do Dia da Sessão de 13 do corrente o Projeto n.º 59-73, em Redação Final.

— de autoria do Senhor Deputado João Fadel, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 32-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 3-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Milton Pereira Corrêa, ocorrido ontem em nossa cidade.

O extinto era membro de tradicional família de Paranaguá onde era bastante relacionado na sociedade, tendo o seu desaparecimento causado geral conternação, tanto naquela cidade nesta Capital, onde reside atualmente.

Requer outrossim, uma vez aprovada a presente proposição dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada à avenida João Gualberto n.º 1977, Curitiba.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando-lhe determine efetivação de estudos visando a construção de estrada de rodagem ligando a sede do Município de Tijucas do Sul, à BR-101;

2.º — seja, deste expediente, encaminhada cópia de inteiro teor, ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões em 11 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o acesso ao Município de Tijucas do Sul é feito através de estrada de revestimento primário, em mau estado de conserva e manutenção e com traçado paralelo à BR-101, com a qual cruza na altura de São José dos Pinhais. A construção da estrada cujo estudo de viabilidade, agora está sendo proposto, faria com que todo o trajeto àquela cidade pudesse ser feito sobre o asfalto, o que, além de diminuir o tempo de viagem, aceleraria o processo de escoamento dos produtos horti-granjeiros da região, com evidentes benefícios para o mercado consumidor da Capital do Estado. Por outro lado, a estrada cuja abertura se encarece tem uma extensão relativamente curta—cerca de 8 quilômetros —, e seu traçado poderá ser em linha reta, em terreno isento de acidentes topográficos que determinam encarecimento das obras desta natureza. Levando-se ainda em conta que toda a estrada deverá ser construída em área do Município de Tijucas do Sul, e do máximo interesse que tem o povo daquela cidade na concretização da medida proposta, a Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem — DER PR —, poderia inclusive propor a celebração de convênio entre as partes interessadas — Estado e Município —, para realização da obra.

Estou certo, por outro lado, que a Secretaria dos Transportes, por seus setores técnicos competentes, saberá encontrar justificativas mais sólidas que apoiem a pretensão daquela comunidade e, os Nobres Deputados, também afeitos ao trato dos problemas do interior do Estado, suplementarão com seus conhecimentos o presente arrazoado, dando-lhe por isso, seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Com o objetivo de preservar o erário público e a moralidade administrativa, o Deputado que adiante subscreve requer, na forma regimental e com anuência do Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para examina a legalidade das licitações convocadas pelo Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — para aquisição de motocicletas cujo valor ascende a quase um milhão de cruzeiros, bem assim questionar o Departamento de Trânsito sobre outras eventuais irregularidades.

Uma vez aprovada a proposição requer, ainda, por se tratar de matéria técnica e capaz de gerar efeitos penais, se caracterizados ficarem crimes de responsabilidade, seja o relatório da CPI, na parte sobre concorrências, encaminhado ao Egrégio Tribunal de Contas, acompanhado de cópias dos documentos pertinentes à elucidação da denúncia, que assim pode ser resumida.

1.º — Na edição de 19 de novembro de 1972, em sua 9.ª página, publicava a "Gazeta do Povo" Edital de Tomada de Preços da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Trânsito e FUNRESTRAN, chamando a licitação firmas interessadas no fornecimento de equipamentos e veículos, entre estes motocicletas.

2.º — Nas informações aos interessados, a Secretaria Executiva do FUNRESTRAN especificou como objeto da licitação 30 motocicletas, discriminadas apenas pela cilindrada.

3.º — Tres empresas concorreram, como revendedoras das marcas japonesas Honda, Yamaha e Suzuki, visto que não há fabricação de motocicletas no Brasil, e ficaram no aguardo do julgamento.

4.º — Nenhuma solução havia sido dada sobre essa licitação quando o FUNRESTRAN fez publicar, dia 24 de dezembro, outro Edital de tomada de preços, chamando a se habilitarem fornecedoras de veículos automotores, sem especificar que entre eles incluíam-se motocicletas.

5.º — Dois dos licitantes na primeira concorrência só foram cientificados pelo FUNRESTRAN de que essa tomada de preço também englobava motocicletas, dia 29 de dezembro, por mero telefonema, em que foram convidados a conhecer detalhes do Edital. Surpreendidos, visto que a tomada de preços anterior não tivera solução, somente na tarde do dia 30 foram à repartição para apanhar os detalhes do Edital. Souberam, então, que a concorrência já fora julgada, saindo vencedora, como única participante, a firma representante da marca Honda.

6.º — Agora, através de novo aviso de Tomada de preços, desta feita assinado pelo Departamento Estadual de Compras, notificou-se pela imprensa estar aberta a tomada de ofertas para o fornecimento de trinta motocicletas e trinta e uma motonetas ao FUNRESTRAN. Nos detalhes fornecidos aos interessados estão especificamente descritos: tipo de motor (4 tempos), número de rotações, potência e velocidade máxima, numa descrição precisa e exata, numa descrição precisa e exclusiva dos modelos da marca Honda, numa típica concorrência com endereço certo.

7.º — Em resumo, é a seguinte a sequência de atos originários do Poder Público com objetivo aparente de favorecer uma só empresa:

a) — abriu concorrência para motocicletas;

b) — sem julgar essa concorrência, ou avisar os interessados, convocou outra, desta feita mencionando apenas veículos automotores;

c) — avisando os interessados informalmente, e sem prazo para que apresentassem propostas, julgou essa segunda licitação a toque de caixa, favorecendo o participante único, revendedor da marca Honda;

d) — abre uma terceira concorrência, desta feita já dando as especificações exclusivas da marca Honda, única no mundo a apresentar as características solicitadas.

Assim sendo, parecendo caracterizado imoralidade e parcialidade na aquisição de bens de elevado valor, justificando-se a atenção desta Casa para uma completa verificação dos documentos que orientaram a transação. Para

uma tomada preliminar de consciência dos Senhores Deputados, fazemos anexas, cópias fotostáticas dos editais mencionados e dos detalhes de especificações técnicas fornecidos aos interessados.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, na forma regimental, requer, ouvida a Casa, que se encaminhe apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no sentido de que Sua Excelência determine as providências necessárias relativamente ao prédio em que funciona o Grupo Escolar Everardo Backenser, do Município de Cruz Machado, o qual está em vias de desabar, pois se trata de construção de cerca de 30 anos e que não recebeu, durante esse tempo, qualquer processo de conservação.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Não é admissível que o prédio onde funciona o referido estabelecimento educacional continue no estado precário em que se encontra de há muito, colocando em risco a integridade física dos alunos e professores.

Construído no Governo do saudoso Manoel Ribas, nada se fez, até esta data no sentido de melhorar as suas instalações nem mesmo conservá-lo, de molde a permitir o seu regular funcionamento.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 121-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Santo Antonio da Platina, 1 (um) trator marca John Deere — modelo 730-S, série 7325918, 1 (um) trator marca John Deere, modelo 730-S, série 7325901, e 1 (um) trator marca FIAT, modelo 60 CI, série 535203, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente Plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná, no início de 1962. A Café do Paraná considera que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já ultrapassaram o período de vida útil, tornando-se anti-econômicos para a Empresa.

Os tratores encontram-se, atualmente, lotados na Café do Paraná, considerados improdutivos aos serviços da Empresa, mas poderão ser de utilidade para o Município ao qual se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também incentivando os setores ligados a essa Pasta, pois o Município poderá recuperar os tratores e utilizá-los em benefício dos Municípios que se dedicam à Agropecuária.

PROJETO DE LEI N.º 122-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — É facultado ao contribuinte do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE — optar pelo recolhimento de 3% (três) por cento do total de sua taxa de contribuição previdenciária, a entidades, companhias e associações de assistência médica.

Art. 2.º — A Administração do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE —, instituirá carteira própria de aplicação e controle do numerário resultante da opção exercida pelo contribuinte e referida no artigo anterior.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Sempre entendemos necessária ampliar os objetivos sociais por parte do órgão previdenciário oficial do Paraná, para que seja possível alcançar um nível realístico de atendimento dispensado ao contribuinte e que podemos também denominar de nível mínimo de equidade em bases de condições específicas para grupos funcionais cujos integrantes residam no interior do Estado, em cidades onde o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE —, não mantém agências ou ambulatórios.

Assim, o presente Projeto de Lei pretende sanar a inadmissível falha existente no setor da assistência médica dispensada pelo IPE ao funcionalismo público estadual e, especial para os contribuintes residentes no interior do Estado e que, optantes pelo recolhimento de 3% (três) por cento do total de sua taxa de contribuição previdenciária, poderiam recorrer às companhias, entidades e associações de assistência médica de sua livre escolha, o que contribuiria também de modo significativo para o descongestionamento e diminuição do custo de serviços prestados pelo sobrecarregado e deficiente setor assistencial do Estado.

Além do mais, o percentual — 3% —, em referência, e dentro da regra opcional, se consignado às entidades, companhias e associações de assistência médica traria de início uma vantagem de inegável significado social, pois que o contribuinte passaria a beneficiar-se de cobertura financeira de ordem de 100% (cem por cento), ao contrário dos atuais 70% (setenta por cento), que o IPE atualmente concede na assistência hospitalar, e que seria extensivo também aos dependentes diretos — esposa e filhos —, atualmente recebendo aquele benefício somente na ordem de 50% (cinquenta por cento). Ressalte-se, ainda, que criado o regime de opção o IPE passaria a conceder benefício de assistência hospitalar na mesma ordem de grandeza que o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS —, já de há muito vem dispensando ao contribuinte e dependentes, o que colocaria o Órgão Previdenciário

Estadual dentro da política previdenciária federal que preconiza a presença cada vez mais atuante do Poder Público na institucionalização da seguridade social.

Devendo ainda ser aduzido que a instituição do regime de opção previsto no presente Projeto de Lei contribuirá em muito para melhoria do atendimento médico-hospitalar dispensado pelo IPE ao funcionalismo público do Estado e, ainda, será fator de melhor adequação da estrutura assistencial do órgão para execução de uma política previdenciária que cada vez mais se concretiza no atendimento efetivo ao contribuinte e seus dependentes, e, finalmente, tendo-se em conta que a implantação do regime não importará em aumento do custo operacional do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, pois não exigirá nem despesas de investimento, nem despesas de custeio, temos por evidente a oportunidade da matéria e, por isso, encarecemos dos Nobres Deputados seus honrosos e indispensáveis apoios à mesma.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica denominada Alberto Santos Dumont a Biblioteca da Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

Muggiati Filho — 2.º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Está programada, proximamente e no País todo, a comemoração intensiva do transcurso do centenário de nascimento do "Pai da Aviação".

A Assembléia está inserida nessa programação mediante a realização, já assentada, de sessão solene comemorativa, oportunidade em que o povo paranaense, por seus representantes nesta Casa, homenageará e prestará tributo de respeito e admiração a Alberto Santos Dumont, o grande inventor, que tanto contribuiu para o progresso humano.

Entendemos que a concretização da medida aqui proposta adensará o significado da homenagem a ser prestada a Santos Dumont, razão por que esperamos dos Nobres Pares a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa já dirigiu apelo ao Sr. Secretário da Fazenda do Paraná, visando a revogação da Lei 63-64, Lei Orgânica do ICM, que tem trazido um prejuízo sensível aos contabilistas do Paraná e também aos pequenos comerciantes.

E nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de lançar um novo apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, para que dê crédito ao apelo desta Casa, que atenda com urgência este apelo, que parte não apenas desta Casa de Leis, mais que vem também das mais longínquas cidades do Paraná. Contabilistas apavorados numa situação de desespero, porque as falhas desta lei, estão recaindo exatamente nos ombros daqueles que têm a missão de fazer a escrita das casas comerciais do nosso Estado. É uma lei que pode e deve ser revogada ou ser corrigida para evitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o pequeno comerciante se veja obrigado a cerrar as portas do seu estabelecimento por não suportar a grande carga tributária que lhe impõe a Lei Orgânica do ICM. Era este Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo que dirigimos aos órgãos competentes do nosso Estado.

E nesta tarde também gostaríamos de lançar um novo apelo, se bem que o Paraná esteja atravessando um dos seus momentos mais difíceis, um momento realmente delicado. Mas gostaria de lançar aos homens que governam o Paraná o apelo do funcionalismo público estadual que já viu decorrer mais de um mês, do último aumento do salário mínimo e até agora não foi contemplado com um aumento em seus vencimentos. O funcionalismo público do Paraná a cada instante, atravessa uma situação de desespero maior, porque o tempo vai se passando, vamos assistindo a uma alta cada vez mais acentuada do custo de vida, e o nosso humilde servidor já não tem mais quase para quem apelar; nenhum apelo feito por esta Casa foi respondido; não houve nenhuma resposta concreta e temos aí um quadro dramático; um quadro desesperador de homens que querem prestar bons serviços ao Paraná mas querem ter o mínimo de recompensa, pelo menos um salário decente, um salário justo, um salário humano, o qual não vem acontecendo em nosso Paraná.

Dirigir apelo ao Sr. Governador Parigot de Souza, não é possível, porque Sr. Exa. numa situação dessas, inédita no Paraná, está cuidando dos interesses do Estado, recolhido ao leito de um hospital; é uma situação realmente estranha, Sr. Presidente, Srs. Deputados. De nada adiantaria aqui lançar um apelo ao Sr. Governador porque estando num hospital, praticamente não tem, não reúne condições para dar atendimento aos apelos desta Casa. Mas aos seus auxiliares, e a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, queremos mais uma vez lançar este novo apelo, em nome de tantos e bravos servidores que estão numa situação de penúria, numa situação de miséria, porque o Paraná é o único Estado que até agora não deu nenhum aumento de vencimentos ao funcionalismo público no corrente ano.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Pequeno Expediente, está encerrado.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu formo ao lado daqueles que acreditam na sinceridade de propósitos e principalmente na honestidade pessoal do Dr. Marcos Loureiro Prado, muito digno Diretor do Detran.

Sua Senhoria tem recebido críticas contundentes nesta Casa, pela forma autoritária, até mesmo antidemocrática, com que trata, principalmente os Srs. Deputados, aqueles que têm o dever e a obrigação de levar ao Executivo as queixas, as aspirações, enfim, as apreensões do povo contra determinados atos do Poder Executivo.

S. Exa. o Diretor do Detran, segundo acusações contundentes do nobre Deputado Gabriel Manoel, feitas desta Tribuna, neste mesmo local, teve a ousadia de mandar aqui nesta Casa um seu assessor, homem de sua confiança, de seu gabarito, para aqui determinar a apreensão do automóvel de propriedade do nobre Deputado Gabriel Manoel, sob a alegação de que a licença para trafegar achava-se vencida, esquecendo-se S. Exa. de que este aqui é um estacionamento particular, privativo dos membros do Poder Legislativo. Se o veículo fosse apreendido na via pública, cabia razão a S. Exa. Porque Deputado não tem privilégios, nem imunidade fiscal; Deputado tem que pagar o imposto, dar o exemplo, pagar o imposto antes dele vencer.

Mas se caracterizou outra violência contra este político, quando S. Exa. que não se preocupa tanto com os engarrafamentos de trânsito, preocupou-se em aqui mandar um assessor para fazer a apreensão de um veículo de um Deputado, na sede deste Poder.

Mais tarde, primariamente manda um ofício a esta Casa, pedindo licença ao Presidente do Legislativo para processar um Deputado. Afinal, o fato já foi comentado. Equivocou-se redondamente o Diretor do Detran porque não precisava de licença para processar um Deputado. Deputado não tem imunidades. Mas tem, isto sim, imunidade pelos pronunciamentos que faz nesta Tribuna, quando aqui vem trazer as agruras, as apreensões do povo. Aqui o Deputado é inviolável no exercício de seu mandato, quando vem denunciar os erros, as perseguições, as injustiças que sofre por parte do Poder Executivo. Aqui o Deputado tem imunidades porque ele está sendo o intérprete, o porta-voz do povo que o elegeu justamente para isto.

Mas estas críticas que fazemos são apenas no campo administrativo. Não concordamos absolutamente com o trabalho de um arquiteto que tem no Detran, que é quem orienta o tráfego na cidade. Não concordamos porque o tráfego está cheio de erros primários e que, se não fosse a vaidade pessoal, a falta de humildade, poderiam ser corrigidos.

Há muita coisa boa que o Dr. Marcos Loureiro Prado fez no Detran. Muita coisa boa. Talvez a percentagem de erros não chegue a 30%. Ele acertou mais do que errou, mas quanto aos erros não admite sugestões, a fim de eliminá-los e melhorar o fluxo do tráfego de veículos na Capital. O que se observa é o enervamento da população motorizada pelos constantes engarrafamentos do trânsito. E o prejuízo que traz à economia da cidade e à própria economia da Nação! Um veículo, para atingir um ponto X da cidade tem que dar voltas, queimando o combustível precioso que custa divisas sagradas para a Nação brasileira. Em vez de simplificar-se, o sistema de circulação em Curitiba complicou-se e S. Exa. não tem recebido bem as críticas partidárias do Poder Legislativo.

Mas esta é uma outra estória e no dia em que S. Exa. vier a esta Casa vamos apontar as falhas para ver se mudamos a mentalidade, o capricho de quem fixa as diretrizes e as normas de circulação de veículos na Capital.

O Deputado, hoje, tem uma função muito restrita. Então, o Deputado aqui o que faz? Aprecia as Mensagens do Sr. Governador do Estado, que quase sempre são aprovadas, porque se não o forem os Deputados da ARENA, ao votarem contra, estão sujeitos a sanções partidárias. Sempre é questão fechada da liderança do Governo a aprovação de Mensagens.

Aqui aprovamos uma Mensagem do Governo, ainda do sempre lembrado Governador Haroldo Leon Peres, que transformava o Departamento de Geografia, Terras e Colonização em uma Fundação. Aprovada, transferiu-se todo o patrimônio de terras desta Fundação escapa totalmente à fiscalização do Poder Legislativo.

E, naquela oportunidade, quando nos rebelamos e mostramos a incoerência desta Casa abrir mão de prerrogativas que são só suas, que são inerentes ao Poder Legislativo, recebemos visita desagradável e que não convém mencionar aqui, que nos ameaçaram até, se não parássemos a campanha, com sanções desagradáveis. Eu votei coerente ao meu ponto de vista, contra a Mensagem. Mas a Casa, na sua maioria aprovou. Depois vieram outras Mensagens do Sr. Governador do Estado corrigindo falhas que existiam na Mensagem primitiva, e que havíamos denunciado a esta Casa que, infelizmente, não aceitou nossas ponderações. E, agora, essas outras Mensagens estão procurando corrigir essas falhas. Mas, uma nunca será corrigida: a de termos aberto mão da prerrogativa do poder de fiscalização do Poder Legislativo. Então, o Deputado, hoje, tem o dever de votar o Orçamento Geral do Estado, de fiscalizar a política orçamentária do Governo, na aplicação dos dinheiros públicos. Leis de iniciativa desta Casa são poucas as permitidas. Nenhuma que aumente despesa pública. Eu nunca via uma lei que não aumentasse a despesa pública, a não ser aquelas bajulatórias, as demais aumentam.

É evidente que o Deputado que apresenta Projeto de Lei visando a construção de uma ponte sobre o rio "x", aumenta despesa, mais isso é também um investimento em benefício do povo. Quando o Deputado apresenta Projeto de Lei para a construção de um Grupo Escolar, está aumentando a despesa, mas também está aumentando o investimento público em relação à população. Mas, ao Poder Legislativo, isto também é vedado.

Então, temos que fazer uma fiscalização rigorosa dos dinheiros públicos. Não devemos usar o coração, porque estamos aqui para fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos. E quando chega uma denúncia, não vamos endossar essa denúncia sem primeiro averiguarmos de sua veracidade. Recebi uma denúncia sobre irregularidades que se haviam praticado quando da aquisição de motocicletas, feitas agora pelo DETRAN, através do FUNRESTRAN. Não sei se são válidas essas denúncias. Ninguém sabe. Mas, como nosso dever é fiscalizar a aplicação dos dinheiros públicos e temos, dentro da Constituição, o remédio, a arma: a as comissões parlamentares de inquérito, vamos nos valer dessa arma para cumprir com o nosso dever. Vamos ver se, realmente, houve irregularidades porque acredito, piamente, na honestidade pessoal do Sr. Marcos Prado. Acredito nisso e não estou querendo ser agradável a ninguém. Creio, mesmo que essa denúncia partiu de quem perdeu a concorrência. Mas, quando uma denúncia é trazida a um homem público ela deve ser investigada, para que, amanhã, não venham dizer que estamos aqui só querendo receber nossos vencimentos no fim do mês. E quando recebemos uma denúncia dessa natureza só temos um caminho e que vou ler agora para os nobres Srs. Deputados que ainda não tiveram a gentileza de assinar o apoio ao meu Requerimento mas que, tenho certeza, no decorrer da sessão ainda assinarão porque não traz acusação direta a ninguém, não fala em dolo ou desonestidade.

Diz o nosso Requerimento:

(Lendo): — "Com o objetivo de preservar o erário público e a moralidade administrativa, o Deputado que adiante subscreve REQUER, na forma regimental e com anuência..."

A anuência desta Casa foi dada, já que existe o número regimental de assinaturas.

"... do Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a legalidade das licitações convocadas pelo Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — para a aquisição de motocicletas cujo valor ascende a quase um milhão de cruzeiros, bem assim questionar o Departamento de Trânsito sobre outras eventuais irregularidades".

Quando o Sr. Marcos Loureiro Prado vinha quase que diariamente a esta Assembleia Legislativa do Estado pedir aos Srs. Deputados pressa, urgência urgentíssima na tramitação da Mensagem Governamental que criava o FUNRESTRAN, alegava, na oportunidade, que precisava daquele dinheiro, que precisava de autonomia financeira naquele Departamento para que fossem coibidos os abusos de trânsito, para que pudesse dar paz e tranquilidade à população curitibana tal o número de acidentes fatais nas ruas não só da Capital como de todas as cidades e estradas do Estado.

Alegava o Diretor do Detran que sem recursos e sem equipamento não podia cumprir suas elevadas finalidades. O Requerimento de nossa autoria no sentido de que o projeto fosse aprovado com urgência foi aprovado e a matéria foi votada no espaço de uma semana. Entrou dinheiro a valer naquele Departamento. Então é justo que agora esta Casa, que deu os recursos, ao receber uma denúncia investigue a veracidade ou não da mesma.

(Lendo): "Uma vez aprovada a proposição REQUER, ainda, por se tratar de matéria técnica e capaz de gerar efeitos penais, se caracterizados ficarem crimes de responsabilidade, seja o relatório da CPI, na parte sobre concorrências, encaminhado ao egrégio Tribunal de Contas, acompanhado de cópias dos documentos pertinentes à elucidação da denúncia, que assim pode ser resumida:

1. Na edição de 19 de novembro de 1972, em sua 9.a página, publicava a "Gazeta do Povo" Edital de Tomada de Preços da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Trânsito e FUNRESTRAN, chamando à licitação firmas interessadas no fornecimento de equipamentos e veículos, entre estas motocicletas.

2. Nas informações aos interessados, a Secretaria Executiva do FUNRESTRAN especificou como objeto da licitação 30 motocicletas, discriminadas apenas pela cilindrada.

3. Três empresas concorreram, como revendedoras das marcas japonesas Honda, Yamaha e Suzuki, visto que não há fabricação de motocicletas no Brasil, e ficaram no aguardo do julgamento.

Nenhuma solução havia sido dada sobre essa licitação quando o FUNRESTRAN fez publicar, dia 24 de dezembro, outro Edital de Tomada de Preços, chamando a se habilitarem fornecedores de veículos automotores, sem especificar que entre eles incluíam-se motocicletas.

5 — Dois dos licitantes na primeira concorrência só foram cientificados pelo FUNRESTRAN de que essa Tomada de Preços também englobava motocicletas, dia 29 de dezembro, por mero telefonema, em que foram convidados a conhecer detalhes do Edital. Surpreendidos, visto que a Tomada de Preços anterior não tivera solução, somente na tarde do dia 30 foram à repartição para apanhar os detalhes do Edital. Souberam, então, que a concorrência já fora julgada, assim vencedora, como única participante, a firma representante da marca Honda.

6. — Agora, através de novo aviso de Tomada de Preços, desta feita assinado pelo Departamento Estadual de Compras, notificou-se pela imprensa estar aberta a tomada de ofertas para o fornecimento de trinta motocicletas e trinta e uma motonetas ao FUNRESTRAN. Nos detalhes fornecidos aos interessados estão especificamente descritos tipo de motor (4 tempos), número de rotações, potência e velocidade máxima, uma descrição precisa e exclusiva dos modelos de marca Honda, numa típica concorrência com endereço certo.

7 — Em resumo, é a seguinte a sequência de atos originários do poder público com objetivo aparente de favorecer uma só empresa:

- a) abriu concorrência para motocicletas;
- b) sem julgar essa concorrência, ou avisar os interessados, convocou outra, desta feita mencionando apenas veículos automotores;
- c) avisando os interessados informalmente, e sem prazo para que apresentassem propostas, julgou essa segunda licitação a toque de caixa, favorecendo o participante único, revendedor da marca Honda;
- d) abre uma terceira concorrência, desta feita já dando as especificações exclusivas da marca Honda, única no mundo a apresentar as características solicitadas.

Assim sendo, parecendo caracterizar imoralidade e parcialidade na aquisição de bens de elevado valor, justificando-se a atenção desta Casa para uma completa verificação dos documentos que orientaram a transação. Para uma tomada preliminar de consciência dos Senhores Deputados, fazemos anexas cópias fotostáticas dos editais mencionados e dos detalhes de especificações técnicas fornecidos aos interessados.

Sala das Sessões, 11 de Junho de 1973.

(as.) Deputado Erondy Silvério)

Sr. Presidente, além da assinatura deste Deputado, 18 nobres Srs. Deputados nos deram a honra de subscrever o nosso Requerimento, encontrando-se, portanto, regimentalmente aprovado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas e diversas vezes já nos pronunciamos nesta Tribuna, com apelos, a diversas estradas, principalmente da nossa região.

Hoje, acabamos de receber a cópia de um ofício da Associação Comercial e Industrial de Porto União da Vitória dirigido ao Sr. Diretor do DER.

Vou proceder a leitura do mesmo, para que os Srs. Deputados tomem conhecimento e para que fique registrado nos Anais desta Casa, que, há mais de dois anos estamos procurando os Órgãos competentes para que deem assistência às estradas, principalmente da nossa região.

(Lê):

"União da Vitória, 05 de junho de 1973.

Cf. 007/73.

Presado Senhor:

É com real satisfação que nos dirigimos a V.S. neste dia em que o Paraná, mercê dos esforços de homens responsáveis e de larga visão, a pouco e pouco vêm-se colocando na vanguarda em dois dos mais importantes setores da vida nacional. comunicação e transportes.

Com efeito, os mais longínquos quadrantes de nosso Estado acham-se

conectados com o centro, seja por uma rede de telecomunicação digna de rivalizar com as mais perfeitas do mundo, seja por um sistema rodo-ferroviário que mais e mais se aprimora, atendendo às indeclináveis exigências de progresso.

União da Vitória, que se ufana de estar entre os mais importantes centros madeireiros do País, vislumbra hoje, com as perspectivas de conclusão da Transbrasiliana, o dealbar de um grande período realmente áureo, quando suas ligações com o Sudoeste — grande celeiro de matéria prima — estiveram asseguradas pelo asfalto, permitindo o tráfego de quaisquer viaturas, independentemente do bom ou mau estado do tempo.

Em matéria de transporte e não queremos, com isso, entrar no terreno estéril das lamentações, sempre vimo-nos colocados em tanto à margem do processo de aperfeiçoamento que se desenvolvia em outros pontos do Estado. Nossas ligações com o Sudoeste, de cuja matéria prima em grande parte dependemos, continuam a fazer-se pelos mesmos traçados por onde, em ricas eras, seguiam as vagarosas tropilhas, carregando nos lombos os parcos suprimentos de que necessitavam nossos avoengos...

A rodovia União da Vitória — Palmas, apresenta condições de tráfego as mais deficientes e o seu estado — pesa-nos dizê-lo — reflete desconhecimento por parte dos poderes competentes da importância desta região no contexto econômico do Paraná. Assim é que a indústria local continua com seu abastecimento dependendo dos caprichos do tempo, com sérios riscos para sua salvaguarda e graves sobrecargas para seus orçamentos.

Com a conclusão da Transbrasiliana prevista para os próximos três nos. Seria injusto impetrar de V.S. a outra providência que não a conservação desta rodovia, cuja importância atual transcende nossas fronteiras por suas ramificações no vizinho Estado de Sta. Catarina, perlongando a continuação natural de nossas florestas de Araucária.

Num Estado que progride a passos acelerados, três anos representam importantes frações de tempo e significativas possibilidades de progresso. Achar-se o Sudoeste em grande parte, na dependência desta Rodovia para que seu desenvolvimento não sofra solução de continuidade, faz-se mister que se lhe dê necessária assistência, conservando-a em condições de servir de instrumento e não de entrave ao progresso de uma das mais fecundas e promissoras Regiões do Paraná.

Concededores do espírito altamente empreendedor de V.S. a mais realçado numa época pródiga em homens altamente empreendedores, submetemos o que vimos de expor à sua apreciação, com um dos mais relevantes problemas com que tem deparado a economia regional.

E certos de que V.S. não deixará de equacioná-lo da maneira adequada, mercê desse descortínio já de sobejo demonstrado, com nossos melhores agradecimentos e protestos da mais elevada consideração, firmamo-nos,

José Nelson Dissanha".

E o apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que faço ao nobre Líder do Governo neste instante, para que fosse encaminhada uma cópia desse ofício por intermédio do ilustre Líder, que creio iria abreviar a conservação desta estrada. Porque toda a vez que ocupamos à Tribuna, parece até baralho marcado, sempre trazemos o assunto à baila.

Ao Líder do Governo que conhece aquela região como nós, é que faço este apelo, para que S.Exa. leve ao conhecimento do Sr. Diretor do DER que no menor prazo conserve aquela estrada para atender a uma associação, de classe, que não é uma associação política, mas uma associação que trabalha pela Região Sul do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado. Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à Tribuna nesta tarde, para tratar de dois assuntos aqui levantados. O primeiro deles, pelo Deputado Antonio Belinati com relação à Lei Orgânica do ICM aprovada por esta Casa em reunião extraordinária efetuada em dezembro do ano próximo passado. Lembrem-se todos os Srs. Deputados do entendimento havido entre as duas Bancadas da Arena e do MDB com o Sr. Secretário da Fazenda, com o objetivo de acelerar a tramitação daquela Mensagem à Assembleia Legislativa que com o propósito daquela autoridade do Poder Executivo, propósito este que se transformou em um compromisso de analisar posteriormente, no transcorrer da sessão ordinária que estamos vivendo neste ano, as sugestões e as emendas oferecidas por vários dos Srs. Deputados, no Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental.

Na reabertura dos trabalhos deste Poder Legislativo, tivemos a oportunidade de comunicar à Casa que o engenheiro Mauricio Schulmann, Secretário da Fazenda, colocava-se à disposição da Assembleia para um novo debate e para um novo entendimento, com relação às emendas e sugestões que a Assembleia entendesse convenientes, oferecer à Lei Orgânica, porque entende que esta seria a firma mais racional; uma Comissão especial para receber as emendas e reanalisar as emendas apresentadas. Esta Comissão, presidida pelo nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, recebeu as sugestões, as emendas que já estão nas mãos do Sr. Relator, para apresentação ao Plenário.

Se ratifico aqui, portanto, Srs. Deputados e especialmente Sr. Deputado Antonio Belinati, a disposição da Secretaria da Fazenda e do seu titular, de dialogar e manter um entendimento com os interessados e sobre as possíveis alterações que esta Casa entende conveniente, a este diploma legal.

O Sr. Álvaro Dias — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Cândido Martins de Oliveira, aproveitando a oportunidade, eu gostaria de trazer a esta Casa uma informação sobre tudo ao relator da matéria, Deputado Erondy Silvério.

Além das sugestões já apresentadas por Deputados, na próxima quarta-feira, os contabilistas do Norte do Paraná se reunirão em Apucarana, para um estudo a respeito da Lei Orgânica do ICM; e posterior enviarão a esta Casa um documento com sugestões, com alterações pretendendo corrigir determinadas distorções da Lei Orgânica do ICM.

Desta forma, apelarão ao nobre Deputado Erondy Silvério, relator desta Comissão Especial, que ora estuda a Lei Orgânica do ICM que aguardasse o envio por parte dos contabilistas do Norte do Paraná, de um documento analisando as distorções e apresentando sugestões para as alterações que entendem eles, sejam necessárias para o aprimoramento da Lei Orgânica do ICM.

Muito obrigado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V.Exa. e creio que o Deputado Erondy Silvério tomou conhecimento da su-

gestão de V.Exa. e provavelmente a acatará, uma vez que será um subsídio dos mais valiosos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um segundo assunto me traz hoje também à Tribuna. Trata-se do pronunciamento e do Requerimento efetuado pelo eminente deputado Erondy Silvério, com relação ao Departamento de Trânsito. S.Exa., ao discorrer sobre as atividades do DETRAN, deixou evidenciado à Casa de que não tem nenhum convencimento pessoal de que houvesse por parte do Diretor daquele Departamento má fé ou dissídia em seu trabalho, em suas funções.

Trouxe à Casa, como argumento para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, informações que lhe chegaram — segundo suas próprias palavras — quem sabe através de um dos prejudicados na tomada de preços havida para a aquisição de instrumento de trabalho do DETRAN.

Trouxe, como subsídios ainda, fotocópias dos jornais que publicaram os editais de concorrência dos interessados para a participação da licitação.

Ontem, quando S.Exa. levantava no Plenário desta Casa, não desta Tribuna, mas particularmente entre os Srs. Deputados, a notícia da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — que considero da mais alta responsabilidade porque a Comissão Parlamentar de Inquérito por si só levanta da Assembleia Legislativa uma suspeita das mais graves quanto ao procedimento de um órgão público tomando conhecimento em particular desta iniciativa do eminente Deputado, tive o cuidado, na qualidade de Líder do Governo, de procurar me inteirar daquilo que de verdadeiro existiu e existe com relação ao assunto levantado. Tive a oportunidade, por isso, de entrar em contato com o Sr. Diretor do DETRAN e seus auxiliares; manuseei todos os documentos relativos à tomada de preços objeto de uma proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito analisei todas as propostas precisamente da data da licitação, da causa da anulação da primeira havida em novembro em função da inexistência de recursos por parte do órgão próprio para fazer face a esta primeira licitação; analisei o procedimento do DETRAN com relação aos motivos que o levaram a proceder a segunda licitação.

Não venho pessoalmente tentar convencer ninguém e fazer com que, em função de uma informação pessoal e particular, os Srs. Deputados signatários do Requerimento mudem de opinião.

Ao contrário, o Sr. Diretor do DETRAN, em conversa pessoal nos dizia pela manhã que talvez esta seja uma oportunidade das mais felizes para que ele possa vir a esta Assembleia esclarecer, não apenas este assunto, mas outros tantos que têm sido levantados desta Tribuna, a respeito do seu comportamento e da sua atuação. Jamais S.Exa. se recusou a comparecer a esta Casa.

Lembro-me que, no ano passado, quando era membro da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, ao lado de outros Srs. Deputados, fizemos uma solicitação no sentido do comparecimento, àquela Comissão, de três autoridades governamentais: o Sr. Secretário de Segurança, o Sr. Secretário do Governo e o Sr. Diretor do DETRAN. O Dr. Marcos Loureiro Prado aqui não compareceu porque não houve possibilidade, naquela ocasião, de se acertar uma data com os demais convidados para aqui virem. Entretanto, o Sr. Diretor do DETRAN oficiou, através de um pequeno livreto, à Comissão de Constituição e Justiça, à Presidência e a todos os Srs. Deputados, dando os esclarecimentos que daria pessoalmente na Comissão. Foi, assim, entendendo pessoalmente, um ato de deferência de S.Exa. para com a Comissão de Constituição e Justiça, visto como não podendo estar aqui presente, S.Exa. procurou elucidar, na medida do possível, aquilo que pudesse ser motivo de questionamento por parte dos Srs. Deputados.

As críticas contra o DETRAN se avolumaram nesta Casa, por parte de Deputados da ARENA e do MDB. Todas essas críticas foram devidamente encaminhadas, pela Liderança, ao Sr. Diretor do DETRAN e tivemos as respostas em todas as oportunidades. E cópias dessas respostas as encaminhamos aos Srs. Deputados Erondy Silvério e Antônio Belinati. O Deputado Antônio Belinati não se convenceu com essas respostas depois de analisá-las. Mas, é um direito que o nobre Deputado tem.

O Sr. Erondy Silvério — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, em primeiro lugar quero congratular-me com V.Exa. e com o Dr. Marcos Loureiro Prado que se prontifica a fornecer a este Poder Legislativo toda a movimentação referente à aquisição das motocicletas objeto de nosso Requerimento. E disso tinha quase que certeza, porque V.Exa., por diversas vezes, dessa Tribuna, tem reiterado que o Governo do Professor Parigot de Souza é um Governo de portas abertas. E todas as dúvidas levantadas nesta Casa, o Governo faz questão de prestar os esclarecimentos necessários.

Portanto, não esperava outro comportamento por parte do Governo.

Em segundo lugar, desejo desfazer um equívoco: V.Exa. disse que encaminhara a mim respostas das críticas que havia eu formulado contra o DETRAN. Mas, nobre Deputado, eu só fiz uma crítica ao DETRAN e com respeito ao novo sistema de sinalização implantado na cidade. Porque tinha absoluta certeza de que os atuais sinalizadores não funcionariam aqui, porque, em Brasília, eles foram comprados pela Prefeitura Municipal de lá e foram considerados inservíveis. Então, a firma vendeu-os para serem implantados aqui. E o que acontece é que em muitos cruzamentos, o sinal fica aberto para uma rua, quatro minutos, e no sinalizante seguinte acontece justamente o inverso. Então, essa nova sinalização sincronizada não aprovou. Os antigos sinalizadores, apesar de mais feios, eram mais eficientes. E fizemos um pedido de informações. E só hoje recebemos, do Sr. 1.º Secretário da Casa, a resposta. Portanto, não tinha feito nenhuma crítica ao DETRAN. Apenas nos solidarizamos com dois companheiros da Casa, atingidos de forma brutal pelo DETRAN. O nobre Deputado Antonio Belinati queria, o Sr. Diretor do DETRAN, através de ação direta, processá-lo. Devemos dizer que o Sr. Diretor do DETRAN não admite críticas, é um espírito meio fascista. Se um Deputado o critica, processo em cima dele.

Acho que o Deputado pode manifestar-se livremente, uma vez que o exercício de seu mandato na Tribuna lhe foi conferido pelo povo. Com isto nenhum membro do Poder Executivo pode se sentir atingido ou tentar processo judicial contra um Deputado. Se o fizer o faça pelas vias normais e competentes, não como foi feito.

Manifestei-me apenas solidário com esse companheiro e com o Deputado Gabriel Manoel. Este equívoco gostaria que V. Exa. desfizesse, nunca fiz pedido de informação ao DETRAN.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Com o aparte do Deputado Erondy Silvério continuamos com a nossa explanação.

As críticas levantadas desta Tribuna ao Sr. Diretor do Detran, ao contrário do que pensam muitos, não são recebidas com o espírito de ânimo de sentir-se "dono da verdade".

Aqueles Deputados da ARENA e do MDB que tem tido contacto com o Sr. Diretor do Detran podem atestar que S. Exa. jamais se recusou ao

diálogo pessoal, particular ou oficial com quem quer que seja que já tenha ido com a intenção de dar sugestões para tentar melhor o funcionamento daquele Departamento.

Admito que haja descontentamento com relação ao Detran; admito que muita coisa não está funcionando em termos de tráfego rápido dentro da Capital do Paraná. Entretanto, é preciso, também que se pondere que, pela primeira vez, o Detran está tentando através de mudanças radicais que, realmente, vem criando certa confusão no trânsito, melhorar. Esta é uma etapa que precisa de planejamento de trânsito a longo prazo. O próprio Diretor do Detran afirma que o trânsito de Curitiba, em função do número de veículos novos que entram diariamente, se transforma em verdadeiro caos. É necessário que o Departamento faça ressurgir deste caos alguma coisa a fim de que, no futuro, esta cidade não continue sofrendo os problemas que vem sofrendo.

Portanto, ele é o primeiro a admitir que há falhas, falhas humanas. Erros todos nós cometemos. Nós Deputados, também, estamos sujeitos a eles. Qual o homem que não está falível, e é por natureza, sujeito a um erro? Entretanto nada é intencional. Não creio que os Srs. Deputados, por mais ânimo acirrado que tenham contra o Diretor do Detran, acreditem que quando S. Exa. erra o faz intencionalmente.

Entendo que teve uma atitude precipitada ao tentar uma licença da Assembléia para processar o Deputado Antonio Belinati. Foi uma atitude precipitada, não pessoal, dos membros da Comissão que encaminharam ao Diretor do Detran pedido para processar o Deputado Antonio Belinati. É preciso que os Srs. Deputados olhem o reverso da medalha. Em vez de entrar, como é de seu direito e lhe faculta a Constituição, diretamente com uma ação perante o Tribunal de Justiça, por consideração a esta Casa, pediu licença à Assembléia. Pior seria se o Diretor do Detran entrasse com uma queixa crime diretamente junto ao Tribunal de Justiça sem dar conhecimento ao Deputado Antonio Belinati e sem dar conhecimento ao Plenário da Casa. S. Exa. teve a consideração de comunicar à Casa e de pedir autorização para dar entrada a um processo. Poderia tê-lo feito sem esta autorização, conforme o próprio Deputado Erondy Silvério disse da Tribuna desta Assembléia; entretanto, se Sua Excelência se sentiu ferido, se os membros do Conselho se sentiram atacados na sua honradez e na sua dignidade, tem o direito de intentar as ações que entenderem convenientes ao seu juízo próprio; isto não significa que ele tenha razão na ação criminal e que o Deputado Antonio Belinati seja, ao final, culpado. Estou ao lado do Deputado Antonio Belinati seja, ao final, culpado. Estou ao lado do Deputado Antonio Belinati para defendê-lo; entretanto, não se pode colocar na rua da amargura um homem que teve a consideração de vir à Assembléia comunicar, quando teria o direito de entrar, sem que a Assembléia soubesse.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? Assentimento.

Nobre Deputado, estou admirando um verdadeiro malabarismo verbal de V. Exa. na Tribuna, para justificar o Chefe do DETRAN. Era preciso que houvesse no manejo do tráfego de Curitiba, a mesma facilidade que tem V. Exa., de usar tão fluentemente da palavra. Mas, V. Exa. vai acabar complicando o Sr. Marcos Prado, porque prefiro acreditar que o Sr. Marcos Prado desconhece a possibilidade legal de processar o Deputado sem pedir autorização da Assembléia, porque se ele soubesse que poderia processar o Deputado sem recorrer ou pedir a autorização da Assembléia e se dirigiu à Assembléia pedindo, então ou é burrice ou um ato de provocação, porque Sua Excelência jamais, se tivesse certeza que poderia processar o Deputado sem pedir autorização à assembléia, jamais se dirigiria a esta Casa eis que seria um ato de provocação pedir, desnecessariamente, autorização para processar um membro deste Poder.

V. Exa. há de convir comigo que a justificativa para tal atitude não convence.

Entendo que o problema do trânsito é um problema delicado que grassa pelas grandes Capitais do País sempre, os encarregados do serviço de trânsito viveram problemas como vive aqui o atual Chefe do DETRAN; entretanto o que todo curitibano presencia com o correr do tempo, é que os problemas se avolumam e na verdade nada se faz para modificar aquilo que de errado existe.

Quero dizer que este não é um raciocínio compatível com o brilhantismo que V. Exa. sempre empresta às conclusões que tira das proposições que analisa. Esta porém, de que o Sr. Marcos Prado teve consideração com a Assembléia, não! Sua Excelência ignorava a Lei, porque, se ele soubesse na Lei, que poderia processar o Deputado e ainda assim houvesse dirigido a esta Casa pedido para tal ou é um gesto de burrice ou um gesto de provocação, repito. Sua Excelência poderia processar o Deputado sem pedir autorização. Não quero que Sua Excelência pareça um provocador, prefiro acreditar que ignorava a Lei, porém, jamais foi um ato de consideração do Sr. Marcos Prado para com esta Casa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Respondendo este aparte agradeço, sobretudo as palavras elogiosas de V. Exa. com relação às nossas palavras — suas palavras — como malabarismo mental e verbal. Creio que desnecessário seria dizer a V. Exa. eis que nos conhecemos há tanto tempo, que não somos homens de nenhum tipo de malabarismo, somos Deputados que se colocam ao lado das causas justas, e não, se colocam com espírito preconcebido. O que o Sr. Marcos Prado entendeu eu também entendi e V. Exa. entendeu que, pelo fato dele ter pedido licença à Assembléia foi uma descondição. Ai está a nossa divergência. Porque Sua Excelência sabia que poderia entrar diretamente no Tribunal de Justiça, e não o fez. Não o fez, por que? Porque o Deputado objeto da sua representação tem assento neste Poder, é um representante do povo, portanto merece uma consideração especial do Poder Executivo. Por esta razão ele não agiu com relação ao Deputado Antonio Belinati, como agiria com relação a qualquer outra pessoa, mas comunicou ao Poder ao qual o Deputado Antonio Belinati serve, dizendo que pretendia processá-lo pelas razões que ele deve ter. Não creio, nobre Deputado Sebastião Rodrigues que possa haver nesta assertiva nenhum malabarismo mental, acho apenas que se deve olhar o fato com os olhos despidos de uma oposição ferrenha que nada constrói e que a nada leva.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. entendeu malabarismo mental, eu disse malabarismo verbal...

O SR. CANDIDO MARTINS — Eu acabei de dizer que tenho nenhum tipo de malabarismo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — é que V. Exa. usa de uma palavra fluente, é preciso de fato de um malabarismo, ai no bom sentido, no sentido de brilhantismo inclusive porque, é preciso ser-se muito bom advogado para tentar justificar o sr. Marcos Prado.

Espero que V. Exa. entenda as minhas palavras como um elogio a V. Exa. e jamais com qualquer outro sentido. Mas V. Exa. acha que o Sr.

Marcos Prado, sabendo que a Assembléia não precisaria autorizar para que processasse o Deputado Antonio Belinati, responderia graciosamente "processo"? Esta pergunta eu deixo a V. Exa. para que a responda.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — O Dr. Marcos Prado não perguntou à Assembléia se podia nestes termos "processe". Fez uma comunicação de que pretendia processar, e pediu licença à Assembléia Legislativa. Eu voto contra este pedido. E serei testemunho em Juízo do Deputado Antonio Belinati pelas palavras usadas por ele da Tribuna, e não pelas proferidas fora daqui.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Então foi inabilidade, porque o Chefe do Detran pediu algo que sabia que não iria obter.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. considera como uma inabilidade.

Eu considero como uma atitude do Diretor do Detran, colocando a sua vontade de processar o Deputado Antonio Belinati nas mãos da Assembléia Legislativa.

Isto é consideração para com o Poder Legislativo nobre Deputado. Pior, se viesse o Dr. Marcos Prado, e nós ficassemos sabendo quando o sr. Antonio Belinati recebesse uma citação para responder às indagações se quisesse, em Juízo.

O Dr. Marcos Prado veio pedir à Assembléia, licença para processar. Não entrou em Juízo. O Deputado não teve um oficial de Justiça batendo à sua porta. Não teve sua esposa tumultuada em função de uma ação judicial. Veio à Assembléia um pedido. Isso, creio, na minha maneira de entender, respeitando o ponto de vista de V. Exa., foi uma consideração para com a Assembléia.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não gostaríamos de abordar o problema do Detran, já foi tão comentado no dia de hoje.

Mas queremos apenas deixar bem claro o seguinte: Não temos medo da Justiça, ao contrário, até gostaríamos que a Assembléia Legislativa concedesse esta autorização porque nada temos a temer. Agora, apenas um detalhe, o Detran alega que o pedido parte do Sr. Ascânio Miró Medeiros, que foi por nós criticado porque é um elemento que não está preparado para lidar com o público.

Nós confirmamos integralmente as críticas ao Presidente do Conselho Deliberativo de Acidentes do Detran. É um homem que não sabe lidar com o público, atende mal. E os julgamentos ali, nem sempre vêm de encontro quem sabe às partes prejudicadas. E o mesmo direito que tem o Sr. Ascânio Miró Medeiros, de processar um Deputado, nós temos o direito também de processar S. Exa. Existe um Código Penal — Artigo 438 — Abuso de Poder — e nós poderemos perfeitamente também integrar na Justiça contra aquelas autoridades que estão abusando do cargo que exercem. E se S. Exa. persistir no seu entendimento de nos processar, antes que isto aconteça, nós pediremos um exame de sanidade mental, para ver se S. Exa. estão em condições de ingressar na Justiça com ação contra qualquer cidadão.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — É alviçareira a notícia de que S. Exa. concorda com o pedido do Dr. Marcos Prado para ser processado. Isto demonstra que V. Exa. está à disposição da Justiça para responder pelos seus atos e palavras e assertivas.

Tenho a certeza que isto engrandece V. Exa. perante esta Casa. V. Exa. deve ter manuseado o Código Penal, já cita o artigo que usará para processar o Dr. Ascânio. V. Exa. está no seu direito, tanto quanto o Dr. Ascânio e o Dr. Marcos Prado.

Sr. Presidente, aproveitando os últimos minutos que tenho nesta Tribuna, voltando ao assunto do Requerimento da Comissão Parlamentar, feito pelo Deputado Erondy Silvério, e assinado por mais 18 Deputados do MDB e da ARENA, eu creio, que o Deputado Erondy Silvério não deve ter conseguido o seu intento de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque o artigo 19 da Constituição Estadual afirma o seguinte: — "A Requerimento de 1 terço de seus membros a Assembléia criará Comissões de Inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, observando em sua disposição o disposto no artigo 16, parágrafo único, item 1.

Eu venho, Sr. Presidente, srs. Deputados, levantar com relação ao Requerimento do Deputado Erondy, apenas uma dúvida não com relação à sua validade apesar de pessoalmente ser contra este Requerimento. Creio que ele não está redigido nos termos previstos no artigo 19, uma vez que o artigo 19 exige que conste desta Comissão, o prazo certo para a sua validade e, segundo pude observar, na leitura deste Requerimento, não consta o prazo certo da vigência desta Comissão Parlamentar. O Requerimento do Deputado Erondy Silvério tem 1/3 das assinaturas. Tem a Comissão Parlamentar com isto, condições perfeitamente atendidas. Entretanto, na redação do Requerimento, S. Exa. não colocou o prazo certo para o funcionamento desta Comissão. Portanto, o Requerimento do Deputado Erondy Silvério, embora a consideração que tenho para com S. Exa. e com os demais deputados signatários deste Requerimento, o Requerimento não preenche as condições previstas no artigo 19 da Constituição.

Além do mais, Sr. Presidente, srs. Deputados, a Lei exige, para a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito que não estejam em funcionamento mais de 5 Comissões.

Requeiro verbalmente à Mesa, que comunique ao Plenário, se não hoje, quando tiver condições, das Comissões Parlamentares de Inquérito criadas nesta Assembléia quantas estão em funcionamento? Quantas já terminaram o seu trabalho? se existe mais de cinco, que ainda não terminaram o seu trabalho, e portanto estão em funcionamento.

Em segundo lugar, levanto uma questão de ordem a ser resolvida pela Mesa, como ficará este Requerimento, uma vez que não atende a dispositivo constitucional.

Quero aqui justificar o meu voto pessoal contra o pedido da Comissão Parlamentar. O Deputado Erondy Silvério, ele próprio afirmou desta Tribuna que não tinha convencimento pessoal a respeito de nenhuma ilicitude por parte do Diretor do Detran.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é a mais grave acusação que se pode levantar contra um administrador. Talvez daqui a seis ou sete meses venha a se considerar o Dr. Marcos Loureiro Prado sem nenhuma culpa neste episódio, mas teremos definitivamente jogado sobre os ombros daquele moço o fato de ter sido constituída, no Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar suas irregularidades.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? Assentimento). São os ônus da função pública. Quem aceita uma função pública está sujeito a estas surpresas. É a própria vida que tem nos ensinado isto. O Dr. Marcos Prado, quando aceitou a Direção do Detran, não foi apenas para perceber vencimentos e honrarias do cargo. Ele está sujeito a qualquer investigação sobre fatos que suscitarem dúvidas em seu Departamento. V. Exa. habilmente está tentando convencer à Casa de que eu não estava convencido de nenhuma irregularidade. Não afirmou isto. Disse que acredito na honestidade pessoal do Dr. Marcos Loureiro Prado, mas as denúncias foram trazidas ao Poder fiscalizador, que é o poder do povo, a Casa do povo. A prin-

cipal função do Legislativo é a fiscalização da boa aplicação do dinheiro público. Se a denúncia foi trazida, tem que ser averiguada. Quanto a irregularidades constantes de nosso Requerimento, são apenas detalhes que poderão ser completados e desde já requeiro à Mesa que me seja permitido completar os detalhes que faltam no requerimento. Não é o prazo que importa. O prazo é o de menos. Mas quero dizer que não afirmo que o Dr. Marcos Prado é inocente, nem culpado. Acredito pessoalmente na honestidade dele, mas não sei se a operação foi correta, válida. Isto é a Comissão que vai apurar. Com imenso prazer quero ser o primeiro a usar da Tribuna, caso resultem negativas as averiguações desta Casa. Se comprovada a lisura, a honestidade da transação, quero ser o primeiro a enaltecer, da Tribuna, a honestidade pessoal e administrativa do Dr. Marcos Prado. Até lá vamos deixar a Comissão apurar o que existe ou não sobre o fato.

O SR. CANDIDO M. DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério que vem elucidar o seu primeiro pronunciamento. S. Exa., neste aparte, ratifica que não disse que o Dr. Marcos Prado é culpado ou inocente. Pelo contrário, vimos que S. Exa. está aguardando que haja uma solução da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas, Sr. Presidente, continuo entendendo pessoalmente que a Comissão Parlamentar de Inquérito é uma das armas mais sérias, mais graves e de mais alta responsabilidade que esta Casa tem.

Este assunto da compra das máquinas para fiscalizar o trânsito de Curitiba, foi pela primeira vez hoje abordado desta Tribuna. Até então este fato não tinha vindo à discussão.

Outros expedientes existem no Regimento Interno da Casa no sentido de que o Deputado que não está convencido do acerto de uma atitude de um órgão do Governo possa utilizá-lo, a fim de receber os esclarecimentos necessários. Entendo, portanto, que não podemos já de imediato, num assunto que não está esmiuçado, num assunto que não está debafado num assunto que não está esclarecido devidamente, usar o último remédio para obtermos esses esclarecimentos, quando temos outro remédio para que a Casa tome conhecimento do fato, sem a gravidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque, a muitos pode parecer que essa Comissão não trará consequências senão a da criação. Mas, a um homem de bem, de honradez, de dignidade uma Comissão Parlamentar de Inquérito significa muito, mesmo que, posteriormente, venha a se considerar o indiciado como inocente.

Portanto entendo que o Requerimento de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério embora tenha sido feito na melhor das intenções, é inoportuno. Inoportuno porque não está de acordo com o artigo 19 da Constituição do Estado do Paraná. Portanto, não pode ser apreciado, ou recebido pela Mesa.

Desejo, sr. Presidente, fazer um Requerimento verbal à Mesa: quantas Comissões Parlamentares de Inquérito foram criadas nesta Assembleia; quantas chegaram a sua conclusão, e quantas ainda estão em funcionamento, nesta e em outras legislaturas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (As sententou).

Gostaria que V. Exa. esclarecesse o que entende por "comissões funcionando"?

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Entendo que uma Comissão Parlamentar de Inquérito está funcionando quando ainda não chegou ao fim. Está aberto o inquérito enquanto não houver o relatório final.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Esse é o entendimento de V. Exa? Então, pelo entendimento de V. Exa. nenhuma Comissão poderia se criar nesta Casa, porque existe uma criada para apurar irregularidades no Governo do Sr. Paulo Pimentel, Comissão constituída a seu pedido, solicitada por ele mesmo. E essa Comissão jamais funcionou. Entendo "funcionamento" a Comissão que esteja, de fato, trabalhando. Porque deve haver algum dispositivo regimental que determine que uma Comissão não reunida dentro de determinado prazo ela deve se extinguir.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a opinião do eminente Deputado Sebastião Rodrigues, eminente e culto advogado que é e deve saber, portanto, que o inquérito comum não se encerra enquanto não tiver uma sentença, uma decisão judicial, de primeira, segunda ou terceira, entrância.

O sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. está sofismando. Deve haver um dispositivo regimental esclarecendo isso.

O SR. PRESIDENTE. — A Mesa informa ao nobre Deputado que resta apenas um minuto.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Obrigado. Apenas para concluir sr. Presidente, srs. Deputados, a respeito do ponto de vista do nobre Deputado Sebastião Rodrigues. Uma Comissão de Inquérito é diferente das demais comissões existentes nesta Casa, porquanto ela é prevista na Constituição do Estado do Paraná e na Constituição Federal. Portanto, se os membros da Comissão não se reunirem isso não significa que a Comissão deixa de existir. Significará apenas que a Requerimento de um terço de seus membros a Assembleia poderá criar uma Comissão de Inquérito. Mas, uma vez criada, não poderá desconstituí-la pelo fato de que seus membros não tenham se reunido. O inquérito está aberto.

O sr. Erondy Silvério. V. Exa. está incorrendo num erro. V. Exa. requereu à Mesa que indique quantas o número de Comissões Parlamentares de Inquérito desta e de outras Legislaturas. V. Exa. deve saber que todo o processo legislativo encerra-se com o findar da Legislatura. É muito sábio o Regimento Interno quando diz que todo o processo legislativo encerra-se, arquiva-se com o findar de cada Legislatura. A Comissão referida pelo Deputado Sebastião Rodrigues não foi sequer instalada. V. Exa. tem o direito, como tivemos o cuidado de verificar, de procurar saber, porém não existem cinco Comissões Parlamentares de Inquérito funcionando atualmente.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Apenas rapidamente. Creio que a Comissão Parlamentar de Inquérito não é um processo legislativo, nos termos ditos pelo Regimento Interno.

Acredito que a Assembleia Legislativa é um Poder. Não se encerram suas atividades porque mudaram seus membros. É um poder uno e indivisível. Seus membros vêm aqui e ocupam o número de cadeiras de acordo com a votação. Assim que se instala a nova legislatura o Presidente deve pedir a indicação de novos membros para dar prosseguimento àquelas Comissões Parlamentares de Inquérito que não tenham terminado ao fim de uma Legislatura.

Respeitando o ponto de vista de V. Exa. e do Deputado Sebastião Rodrigues, entendo que se esta Casa tiver mais de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito nesta ou em outras Legislaturas não encerradas, está impedida, por isto, de criar novas Comissões Parlamentares de Inquérito. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 124-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar, integrado na estrutura Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o "Museu das Etnias". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 149-72, de autoria do Dep. Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Ampére, Via Jacutinga. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 23-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 16-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Londrina, objetivando organizar o Serviço de Rádio Patrulha naquele Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 317-66, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que transfere do D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 178-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n. 5.849 de 25.9.68. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 41-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 49-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico-Escritor Antonio Salomão. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Projeto de Lei n. 49-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao médico — escritor Antonio Salomão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1973.

Deputado Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA

O doutor Antonio Salomão é formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e pertence a turma de 1949.

É o homenageado um dos maiores divulgadores das coisas do Paraná e de sua gente, especialmente das atividades intelectuais, pois como membro da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e atualmente presidente da Regional do Paraná muito tem colaborado para a grandeza do nosso Estado, com uma folha de serviços das mais admiráveis prestados à coletividade, onde sempre se destacou como figura humana das mais destacadas.

Anexamos ao presente Projeto de Lei a biografia do ilustre homenageado.

"Currículo-vitae do Doutor Antonio Salomão"

O médico — escritor Antonio Salomão nasceu em Altinópolis, estado de São Paulo, no dia 11 de setembro de 1921, é filho do senhor Moisés Salomão e de dona Nadyma Nehemy Salomão, ambos de saudosas memórias; fez o primário em sua terra natal e o curso ginasial no Colégio São José de Batataias, também no Estado de São Paulo.

Veio a Curitiba, em 1940, tendo cursado o pré-médico no antigo Ginásio Paranaense, da rua Emanoel Pereira.

É formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná e pertence a turma de 1949.

Ex-interno da cadeia de técnica operatória e cirurgia experimental da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, foi acadêmico do antigo posto de assistência pública e socorrista do Pronto Socorro da Cruz Vermelha durante três anos, atendendo a cidade de Curitiba e sua periferia revelando sempre alto espírito de solidariedade humana, principalmente, entre os menos favorecidos pela sorte.

Formado em medicina há 23 anos, é médico do Instituto Nacional de Previdência Social, foi diretor do antigo Samdu (serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência) tendo sido um dos responsáveis pela sua instalação em Curitiba, e, posteriormente, em várias cidades do interior do Estado do Paraná.

Médico dos pobres e dos humildes sua vida tem sido um exemplo de dignidade e honradez, em todas as atividades que abraçou, quer como médico, como escritor e como homem de empresa.

É casado com uma paranaense, dona Munira Calluf Salomão, filha de tradicional família paranaense filha de dona Metilde Sade Calluf e do senhor Miguel Calluf de saudosa memória. O médico-escritor Antonio Salomão

e sua mulher dona Munira Calluf Salomão são pais de quatro filhos, todos paranaenses.

O Doutor Antonio Salomão é um dos maiores divulgadores das coisas do Paraná e de sua gente, particularmente no terreno intelectual, pois como membro da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e atualmente presidente da Regional do Paraná, já participou de cinco Congressos Nacionais, em várias capitais do país, sempre às suas expensas. Ainda recentemente, em fevereiro próximo passado, representou o Paraná no 5.º Congresso Nacional de Escritores Médicos, levado a efeito em Salvador, Bahia, e com brilhantismo participou de diversas reuniões literárias e científicas.

Em 1970 em São Paulo, durante o III Congresso Nacional de Escritores Médicos, o doutor Antonio Salomão apresentou um trabalho intitulado o Perfil de Dario Vellozo, onde o autor retrata a vida e a obra do eminente mestre paranaense, sem dúvida alguma um dos maiores vultos da história intelectual do Paraná e do Brasil. Este trabalho foi considerado pelos participantes como um dos melhores apresentados, e pela crítica nacional como um dos melhores ensaios que já se escreveu sobre o aracoreta do retiro saudoso, fundador do Instituto Neo-Pitagórico, cujo Instituto funciona no Templo das Musas, no Portão aqui mesmo em Curitiba.

O médico-escritor Antonio Salomão, vive no Paraná há 33 anos e muito colaborou para a grandeza de nosso Estado, pois tem uma folha de serviços prestados a coletividade, incomparável e sempre se destacou como figura humana admirável.

Colabora na imprensa do país e aqui em Curitiba é colaborador efetivo da Gazeta do Povo há mais de dez anos, bem como em outros jornais e revistas de nossa capital e do interior.

Como escritor paranaense que é, foi elogiado pela crítica nacional como um dos poetas mais inspirados do momento e sua poesia contém sempre uma mensagem de otimismo, amor e paz, frutos de seu coração magnânimo.

Dirigiu os destinos do SAMDU (hoje unificado com o INPS) por mais de cinco anos, e a frente daquela entidade previdenciária sempre se preocupou com uma assistência médica efetiva e eficiente a milhares de trabalhadores de nosso Estado.

O dr. Antonio Salomão é, sem dúvida alguma, um homem de méritos extraordinários e os 33 anos vividos aqui no Paraná atestam entusiasticamente a firmeza de seu caráter, a marca de sua personalidade e o dinamismo de sua inteligência de homem capaz e realizador, de sua versatilidade incontestável.

O Doutor Antonio Salomão pertence as seguintes instituições científicas:

Membro da Associação Médica Brasileira
Membro da Associação Médica do Paraná
Membro da Sociedade Brasileira de Pediatria
Membro da Sociedade Paranaense de Pediatria
Membro da Sociedade Americana de Pediatria
Membro da Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

O poeta Antonio Salomão pertence as seguintes entidades literárias:

Membro da Academia de Letras José de Alencar
Membro do Centro de Letras do Paraná
Membro da Sociedade Mundial de Escritores Médicos
Membro da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos
Membro da União Brasileira de Trovadores
Membro do PEN Clube do Paraná
Membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense
Membro da Casa do Poeta do Paraná
Membro do Instituto Neo Pitagórico do Paraná
Membro da Academia Internacional Americana.

Obras de Antonio Salomão:

Rosas Vermelhas — Poemas — 1967.
Tendências da Poesia de Hoje — Ensaio — 1968
Não Sei Se Hoje a Lua Vai Nascer — Poemas — 1969.
Perfil de Dario Vellozo — Ensaio — 1970
Canções a Bahia — Poemas — 1971
Altinópolis
Também é Saudade!... — Poemas — 1972
Alvorada de Amores — Poemas
Lira de Orfeu — Poemas —
Indignação — Poemas —
Canções da Tarde — Trovas —
Cadeira Vazia — Poemas —
Orações — Discursos —
O Poeta e a Poesia — Ensaio —
Contos Levados em Conta — Contos —
Porque sou Poeta — Poemas —
Roteiro — Poemas —

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei n.º 49-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério.

Súmula: Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Antonio Salomão.

I) — Conforme depara-se pela Justificativa do autor e biografia anexa, o cidadão objeto deste Plano de Lei reúne condições para receber tão honroso título.

II) — Com fundamento na lei estadual n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, a qual estabeleceu as normas essenciais para a concessão deste título, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 2.5.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 41-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 113-73, que aprova acordo n.º 04-73 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça

RESOLVE:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 41-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.5.73.

as. ilegível — Presidente

Deputado Wilson Fortes — Relator

MENSAGEM N. 40-73

Curitiba, 11 de abril de 1973.

PROPOSIÇÃO N. 113-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

O interesse público na aprovação, da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL.

ACORDO N. 04-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576 de 8 de maio de 1969 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 8 de setembro de 1969, inscrita no CGC-MF sob o n.º 92885151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo, ao final assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, adiante designada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado também ao final assinado, doravante designado simplesmente "ESTADO", têm justo, certo e combinado a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente ACORDO visa a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares, através da Secretaria da Saúde, contando com a colaboração técnica da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação, e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 3676-72 em 19.6.1972, dos quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único: Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta Cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, ante a solicitação fundamentada por parte do "Estado", desde que não alterem a classificação orçamentária e sejam aprovadas pela "SUDESUL".

CLÁUSULA SEGUNDA: A "SUDESUL" contribuirá para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), empenhada sob o número 226, em 09 de fevereiro de 1973 cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Educação; SUB-PROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; ATIVIDADE: 09.03.2.013 — Capacitação de Recursos Humanos; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Parágrafo primeiro: O pagamento da importância mencionada nesta cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo segundo: Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, a contribuição da "SUDESUL" correrá por conta do "ESTADO".

Parágrafo terceiro: A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

Parágrafo quarto: Após a assinatura do presente ACORDO, para o "ESTADO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar a "SUDESUL" o seguinte:

a) Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL".

b) Cr\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzeiros) para custeio da publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo quinto: A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balançetes, e outras peças próprias tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo sexto: O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLÁUSULA TERCEIRA: O "ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO dentro do prazo de 9 (nove) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na cláusula anterior.

Parágrafo único: O prazo supra referido poderá ser prorrogado por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", devidamente fundamentada e com o consentimento na "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: O "ESTADO" se compromete a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos que digam respeito ao acordado neste

ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "MINISTÉRIO DO INTERIOR — ACORDO COM A SUDESUL", cabendo-lhe, também, apresentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do curso contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA: O "ESTADO" pelo seu titular ou por delegação, atestar a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

CLÁUSULA SEXTA: Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo único: Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA SÉTIMA: A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA: O período de vigência do presente ACORDO será de 20 (vinte) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento, prorrogáveis na forma do parágrafo único da cláusula terceira.

CLÁUSULA NONA: As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E por estarem acordes mandaram que eu, as. ilegível, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em duas (2) vias de igual teor e forma,

datilografadas em cinco (5) laudas, por mim numeradas e rubricadas, com a seguinte rubrica, (ass. ilegível), que após lido, conferido e achado conforme, foi assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

"SUDESUL" — Eng. Paulo Affonso de Freitas Meiro — Superintendente
"ESTADO" — João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado.

TESTEMUNHAS:
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 113-73

SÚMULA: — Mensagem Governamental n.º 40-73, que encaminha, para os fins constitucionais, cópia autêntica do acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

PARECER

A Proposição ora em exame por esta Comissão, oriunda da Mensagem Governamental n.º 40-73, que encaminha para os fins constitucionais, cópia autêntica do Acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

A proposição é escorreta, tanto formal, como jurídica e constitucionalmente, pois foi elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual e a competência revisora do legislativo emana do art. 22, inciso VII, do mesmo diploma.

Desta forma, opinamos pela aprovação da Proposição nos termos do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16-5-73.

(Ass. ilegível) — Presidente
Deputado Wilson Fortes — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: — "Projeto de Resolução n.º 41-73 — ex-Proposição n.º 113-73 — APROVA acordo n.º 04-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, objetivando realização do II.º Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares. Mensagem Governamental 40-73."

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 41-73, ex-Proposição n.º 113-73, que aprova o Acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, objetivando realização do II.º Curso de Auxiliares de Estatística encaminhada para referendo legislativo através de Mensagem Governamental n.º 40-73, de 11 de abril de 1973.

2. Respalçado pelo permissão constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convenios e sendo evidente o interesse público como se depreende do próprio texto de Acordo firmado, no que se refere ao seu âmbito próprio não vê esta Comissão de Finanças como negar aprovação ao Projeto de Resolução em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente
Deputado João C. Fadel — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Pereira Corrêa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do dia 13 do corrente, o Projeto de Lei n.º 59-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do dia 13 do corrente, do Projeto de Lei n.º 26-70. — **Aprovado.**

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de votação.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior queiram levantar-se.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem).

Sr. Presidente, a matéria está em processo de votação, concluindo a votação desse processo, votaremos o Requerimento do Deputado Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao Nobre Deputado Maurício Fruet que está procedendo a votação requerida.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

5 (cinco) Srs. Deputados aprovam.

10 (dez) Srs. Deputados rejeitam.

Não há número para deliberar nem para o prosseguimento da Sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem).

Sr. Presidente, existe número para o prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa retifica, 15 Srs. Deputados se manifestaram, não há número para o prosseguimento da Sessão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — (Pela ordem). Srs. Presidente. Solicitaria de V.Exa. que fosse feita a verificação de quorum, em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao Nobre Deputado que não existe número para deliberar.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Eu cheguei neste momento, sei que não houve deliberação. Mas eu gostaria então que fosse determinada a inclusão em Ata, dos Srs. Deputados presentes nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Jr., que o Requerimento deixou de ser votado por falta de quorum. No entanto, fica a sua votação transferida para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação, no sentido de que haja por bem determinar as providências necessárias, referente ao prédio em que funciona o Grupo Escolar Everardo Backenser, do Município de Cruz Machado o qual necessita reparos urgentes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de estrada de rodagem ligando a sede do Município de Tijucas do Sul à BR-101. **Encerrada a discussão.**

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, muitos dos Srs. Deputados que não se encontravam no Plenário por ocasião da votação do Requerimento proposto pelo Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr., já estão presentes. Por esta razão, requeiro a V.Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o pedido do Sr. Deputado Maurício Fruet, e solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 27 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro à Mesa preferência na discussão e apreciação de meu Requerimento que pede para ser constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

As outras matérias tiveram a discussão encerrada por falta de número e agora ficam para o final da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Deputado Erondy Silvério que irá apreciar inicialmente o Requerimento de autoria do Deputado Sebastião Rodrigues Jr., que se encontra em fase de votação.

Requerimento do Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Em votação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito votação nominal para o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá colocar em votação o Requerimento verbal do Deputado Sebastião Rodrigues Jr., no sentido de que a votação seja feita nominalmente. Em votação. **Rejeitado o requerimento.**

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chega uma hora, na vida do homem público, que as responsabilidades devem ser definidas e cada um deve arcar com as consequências de seus atos.

Há dois anos atrás, o Nobre Deputado João Mansur, propunha à Casa, um Projeto de Lei que impedia que os Diretores de Companhias Mistas e de Fundações, das quais o Estado fosse acionista majoritário, participassem dos lucros dessas Companhias. O referido Projeto teve a tramitação normal pelas Comissões da Casa, recebendo, inclusive, a aprovação unânime da Comissão de Constituição e Justiça.

Posteriormente, não se sabe porque, dois anos decorreram sem que esse Projeto viesse a ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia.

Pedi, há trinta dias passados, mais ou menos, que esse Projeto fosse vo-

tado, porque é do conhecimento de todo o povo paranaense que diretores de Companhias das quais o Estado é acionista majoritário, auferem à título de gratificação sobre os lucros dessas Companhias, polpidos vencimentos. Projeto de alto significado moralizador, Projeto que foi incluído na Ordem do Dia e aprovado pela totalidade da Casa, em 1.a e 2.a discussões, restando apenas ser votado, uma vez mais, para sua definitiva aprovação. Entretanto, de uma hora para outra, sem que ninguém saiba porque, resolveu-se parar a tramitação desse Projeto, porque os Diretores devem continuar recebendo polpidos lucros às custas do povo paranaense. Existem Diretores de Companhias de Economia Mista, das quais o Estado é o acionista majoritário, que está recebendo, à título de gratificação semestral, importâncias enormes, cerca de 144 mil cruzeiros que, somados aos seus vencimentos mensais, muitos estão percebendo mais de 30 mil cruzeiros por mês. Enquanto que o funcionalismo público estadual recebe o míngua aumento de 12%. Não sei porque, de uma hora para outra, tenta-se impedir que esse Projeto chegue à sua aprovação final. É oportuno que essa aprovação se faça ainda este mês, porque os balanços dessas Companhias se encerram em 30 de junho. E esses Diretores irão receber, em julho, gratificações sobre os lucros, caso não seja aprovado esse Projeto. E recebem vencimentos para cometer barbaridades neste Estado, como é o caso do Banco do Estado que dá um terço de seu capital à firma falida, como trarei oportunamente.

É um absurdo o que se faz com o dinheiro do povo do Paraná. O Banco do Estado distribuindo dinheiro a rodo para companhias praticamente falidas, para companhias que não tem condições de resgatar os débitos contraídos junto ao principal estabelecimento de crédito do Estado. É preciso que se esclareça definitivamente o povo sobre o que está acontecendo neste Governo. Não é preciso apenas que se tenha consideração humana, é preciso que se diga a verdade, que se diga o que os diretores do Banco do Estado estão fazendo com a economia do povo paranaense, o que é uma barbaridade. Teremos oportunidade, nesta semana talvez, de trazer ao conhecimento da Casa, talvez em Sessão secreta, porque é uma calamidade pública, o que esses Diretores estão fazendo.

Peço, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpas pelo excesso verbal. Ocorre que chega um momento, repito, uma vez mais, que as responsabilidades devem e têm que ser definidas. E começaremos a dizer isto a partir desta semana. Iremos inclusive, solicitar a V.Exa. Sr. Presidente, uma Sessão secreta, para mostrar o que esses homens, que percebem à título de gratificação, 144 mil cruzeiros semestrais, estão fazendo diretamente a estas Companhias do Estado do Paraná.

Eram apenas estes os esclarecimentos que queria dar à Casa e justificar que se este Projeto voltasse à Ordem do Dia e fosse aprovado pela Casa antes do encerramento do balanço semestral dessas Companhias, os Diretores não iriam auferir qualquer percentual do lucro dessas Companhias.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. deputado Sebastião Rodrigues Jr. — **Rejeitado.**

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, tenho a impressão que houve empate na votação. Exatamente a metade dos Srs. Deputados permaneceu sentada e para isto invoco os testemunhos dos Membros da Mesa. Assim sendo, pediria a V.Exa. que procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Mauricio Fruet, vai ser procedida a verificação de votação referente ao Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. 11 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram levantar-se. 12 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.**

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para solicitar que V.Exa. determine a Secretaria que me seja fornecida uma certidão da Ata da presente Sessão, inclusive com os termos da votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e fará chegar às suas mãos a certidão solicitada.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro à Mesa uma certidão do pronunciamento do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues por ocasião do encaminhamento da votação do seu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e fará chegar às suas mãos a cópia do pronunciamento do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Com relação ao Requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito de autoria do Sr. deputado Erondy Silvério e que está subscrita por mais 18 Srs. Deputados, a Mesa informa o seguinte:

Lendo: — "Embora o Requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério atenda a exigência constitucional quanto ao número de assinaturas, não consignava outra exigência da Carta, ou seja o prazo certo. Além de não indicar o número de membros que comporão a Comissão de Inquérito, requisito indispensável para que as Lideranças possam designar os respectivos representantes, respeitado o princípio constitucional da proporcionalidade.

Assim, a Mesa deixa de declarar constituída a Comissão, até que seja preenchida a omissão.

O Requerimento aguardará, ainda, o desfecho da diligência, que agora determina, em atenção ao solicitado pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, no sentido de que se constate quantas Comissões de Inquérito estão em funcionamento na Casa".

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, eu só queria solicitar uma informação: se a Mesa fixou prazo para que se completem os dois requisitos indispensáveis à constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Fixou prazo?

O SR. PRESIDENTE — Dentro do prazo mais breve possível.

O SR. ERONDY SILVERIO — Perfeito. Mas isso independe do Requerimento do Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, porquanto a Mesa ainda não definiu. Sua Excelência o Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira requereu que a Mesa informasse quantas Comissões foram constituídas nesta Casa, eu digo, na presente legislatura. A própria Constituição devolve o Requerimento de Sua Excelência porque fixa um prazo. Estando esgotado, a Comissão deixou de existir. Outras que não se instalaram como foi aquela requerida pelo ex-Governador Paulo Pimentel e que ele, pessoalmente, requeria que o fosse, diante das denúncias que foram feitas pelo também ex-Governador Haroldo Leon Peres, quando ele solicitava que esta Casa apurasse aquelas denúncias, numa atitude desassombrada de Paulo Pimentel, que repercutiu em todo o território nacional, e esta Casa não sei porque cargas d'água não instalou; Comissões que foram requeridas há 20, 25 anos atrás são Comissões que estão extintas dentro do próprio espírito da Lei porque elas tinham prazos de vigência, e que não foram cumpridos os referidos prazos. Portanto gostaria de indagar à Mesa essa Questão de Ordem, eis que é evidente que se fôr desde a constitucionalização do País, desde que se reinstalou o Poder Legislativo no Paraná, em 47, existem mais de 200 Comissões que não se poderão apurar mais, em Governo nenhum. A Constituição é clara! Aquelas que se instalarem dentro das exigências da própria Lei! A Constituição é clara! As que estejam funcionando dentro dos prazos regimentais e constitucionais!

Essa a informação que eu desejo da Mesa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu requeiro à Mesa a informação a respeito de quantas Comissões criadas, em funcionamento, não encerraram até a presente data, o seu trabalho.

Aguardaremos com tranquilidade a decisão da Mesa.

Creio que a decisão que V.Exa. exarar neste instante em Plenário colocando o processo em diligência, é uma; devolver o processo do Deputado Erondy Silvério para complementar os quisitos do artigo 19 do meu Requerimento verbal, é outra.

Aguardaremos a decisão do meu Requerimento e as informações que a Mesa houver por bem me ceder em época oportuna.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o nobre Deputado, que não dispõe de elementos, no momento. Já determinou ao Departamento competente que forneça a esta Presidência o número de Comissões instaladas na atual legislatura.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nrs. 107-73 e 113-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 82-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 32-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, com sua discussão encerrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, com sua discussão encerrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 3-73. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 3-73 e 59-73.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 317-66 — 178-72 e 41-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-73 e do Projeto de Resolução n.º 41-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148-73 e 32-73.

Levanta-se a Sessão.